

#TTIP: ISDS, o mecanismo de resolução de litígios entre investidores e Estado

A Comissão Europeia e os Estados Unidos encontram-se atualmente a negociar a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). A Parceria contém uma questão particularmente controversa: o mecanismo para resolução de litígios entre os investidores estrangeiros e os Estados, conhecido com RLIE ou ISDS em inglês. Mas o que significa exatamente? Quais são as diferenças entre o ISDS e outras opções disponíveis para a proteção dos investidores?

Os mecanismos para resolver litígios entre os investidores estrangeiros e os países onde investem são muito importantes. Atualmente existem duas formas principais de resolver os litígios: os tribunais nacionais ou a arbitragem privada internacional. Para responder às preocupações do público e dos eurodeputados, a Comissão Europeia propôs, a 6 de maio, duas opções adicionais para o TTIP: um tribunal de investimento multilateral e um órgão de recurso bilateral com 7 juízes.

Mecanismos de resolução de litígios	Características
1. Tribunais nacionais/domésticos	Instrumento comum nos acordos de comércio. Baseado na confiança do sistema jurídico dos parceiros com uma longa tradição do Estado de Direito. Segundo os críticos, pode existir uma tendência a favor do seu próprio país. As disposições internacionais podem não ser diretamente aplicadas nos tribunais domésticos.
2. Sistema de arbitragem privado (conhecido como Resolução Litígios Investido- Estado, ISDS na sigla em inglês)	Instrumento muito comum em acordos de comércio. Os árbitros/mediadores não são juízes a tempo-inteiro mas advogados especializados em direito comercial. É independente de qualquer Estado. Os críticos preocupam-se com o facto de poder restringir o direito dos governos em regulamentarem em nome do interesse público e poderia conduzir a conflitos de interesse. Para evitar esta situação, a Comissão Europeia propôs incluir no TTIP uma lista de árbitros/mediadores (pré-acordados entre a UE e os EUA).
3. Um tribunal de investimento multilateral	Nova opção proposta pela CE. Instrumento de longo-prazo. A sua implementação levaria alguns anos (10 a 15 anos) e exigiria financiamento.

4. Órgão de recurso bilateral com sete juízes exclusivamente para o TTIP	Nova opção proposta pela CE. Um instrumento de curto-médio prazo. Os sete juízes têm que receber o acordo da UE e EUA (2 juízes da UE, 2 dos EUA, 3 de outros países).
---	--

De acordo com a nova proposta da Comissão Europeia para a reforma do mecanismo de proteção dos investidores, em caso de litígio, os investidores poderiam escolher o mecanismo preferido. Para evitar uma compensação dupla ou acordãos contraditórios não poderiam utilizar vários mecanismos em paralelo para depois escolher a decisão mais favorável.

Mais informação

[Em destaque: TTIP: riscos e oportunidades](#)

[Comissão do Comércio Internacional](#)

[Bernd Lange](#)

[Passos no processo de decisão](#)



O TTIP e o mecanismo de resolução de litígios investidor-Estado estão de regresso à agenda do PE. ©BELGA/DPA/Daniel Reinhardt